

## **Manifesto conjunto de repúdio sobre o uso da violência contra as comunidades na Colômbia e seu legítimo direito à vida digna e ao protesto.**

Roma, 10 de outubro de 2017.

As organizações abaixo assinantes manifestamos a nossa profunda dor e desconcerto diante o aumento da violência contra líderes sociais, defensores e defensoras de direitos humanos na Colômbia. Os índices estão aumentando desde que se assinou a paz com as FARC, 225 ameaças, 51 assassinatos, 32 atentados, 18 detenções arbitrárias e 9 casos de judicialização (Programa Somos Defensores, junho 2017) e mais de 200 líderes sociais assassinados para as mesmas datas (Cumbre Agraria Campesina Étnica y Popular, outubro 2017).

Nesta vergonhosa lista se têm somado as 8 pessoas assassinadas a semana passada no Departamento de Nariño causada pela política de erradicação forçada do cultivo de folha de coca por parte do Governo Nacional, sem cumprimento do estabelecido nos acordos, em relação à erradicação voluntária e com garantias, numa clara manifestação de criminalização da protesta e a violação dos seus direitos fundamentais. Situação agravada pelo ataque por parte da força pública à comissão humanitária constituída por ONU, OEA, Defensoría del Pueblo, entre outros; a qual buscava verificar o sucedido. Assim mesmo, o assassinato de Efigenia Vásquez, comunicadora indígena em manos do Escuadrón Móvil Antidisturbios ESMAD no Departamento de Cauca e a morte do líder comunitário Jorge Luis García, na sua casa em Cartagena.

É claro que o país vive hoje uma profunda conjuntura, com consequências que podem afetar profundamente suas estruturas políticas, sociais, culturais e ambientais. Aqui se coloca em jogo a possibilidade de construir um novo país que resolva suas profundas condições de desigualdade, injustiça e exclusão, como as fontes fundamentais das quais tem bebido o conflito nas suas mais diversas formas.

As organizações, processos e movimentos sociais têm mostrado sua vontade para avançar para na implementação do Acordo de Paz assinado com a guerrilha das FARC. O governo colombiano deve garantir as condições para uma participação verdadeiramente efetiva, cumprindo os compromissos adquiridos nos acordos e pactos internacionais sobre direitos humanos, direitos coletivos, assim como a proteção e o cuidado do ambiente.

Fazemos um chamado a avançar na implementação das diretrizes da Governança Responsável da Posse da Terra, a ter em conta os direitos dos camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos indígenas e afrodescendentes. Também a garantir os direitos econômicos, sociais e culturais das comunidades na sua legítima intenção de defender, construir e apropriar os territórios que garantem a sua reprodução social como grupo, povo ou comunidade, em consequência, acompanhamos a semana da indignação promovida pelos movimentos sociais na Colômbia do 9 ao 13 de outubro, em rejeição à criminalização e assassinato de líderes sociais e defensores de DDHH.

Continuamos acreditando na paz, no diálogo e na reconciliação, mas numa paz que não deixe por fora aos diversos setores sociais populares, no reconhecimento das suas diferenças e da potencialidade das suas propostas construídas por anos, ainda em médio da guerra. Às organizações internacionais, movimentos sociais, estados garantes e todos os que se têm mostrado perto deste processo, pedimos-lhes que sigam acompanhando esse caminho até a paz incluindo os diálogos atuais com o ELN.

Apoiam esse Manifesto Conjunto:

Red Nacional de Agricultura Familiar  
Censat Aguaviva Amigos de la Tierra Colombia  
Fian Colombia